

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RJ000125/2020  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 28/01/2020  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR027310/2019  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13041.101157/2019-35  
**DATA DO PROTOCOLO:** 21/08/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIARIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE TERESOPOLIS E GUAPIMIRIM, CNPJ n. 31.998.669/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA VIEIRA DA MOTTA;

E

TRANSPORTADORA M & M DE TERESOPOLIS LTDA, CNPJ n. 32.187.635/0001-36, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). MARCIA MEDEIROS RODRIGUES MANGIA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS**, com abrangência territorial em **Guapimirim/RJ e Teresópolis/RJ**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

As partes convencionam os pisos salariais para as seguintes categorias, a partir de 01 de maio de 2019:

<b>MOTORISTA DE CAMINHÃO</b>	<b>1.572,68</b>
<b>OPERADOR DE EMPLILHADEIRA</b>	<b>1.471,34</b>
<b>AJUDANTE</b>	<b>1.238,11</b>
<b>CONFERENTE</b>	<b>1.423,24</b>
<b>AUX. SERVIÇOS GERAIS / LAVADOR</b>	<b>1.238,11</b>

<b>SEGURANÇA</b>	<b>1.238,11</b>
<b>AUX. FINANCEIRO</b>	<b>1.689,57</b>
<b>AUX. ESCRITÓRIO</b>	<b>1.366,32</b>
<b>AUX. EXPEDIÇÃO</b>	<b>1.238,11</b>
<b>GERENTE</b>	<b>1.689,57</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>1.981,07</b>
<b>ENCARREGADO</b>	<b>1.464,29</b>
<b>ESTOQUISTA</b>	<b>1.238,11</b>
<b>BALANCEIRO</b>	<b>1.238,11</b>

**PARAGRAFO ÚNICO:** As empresas que já praticam pisos salariais superiores aos contidos no *caput* da cláusula 3ª, aplicarão o reajuste de 5.07% .

#### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

**A partir de 1º de maio de 2019**, os empregados representados pelo Sindicato laboral ora conveniente, vinculados às empresas integrantes da categoria econômica acima especificada, que não tenham piso salarial , terão reajustado seus salários nominais em 5.07% , percentual que deverá incidir sobre o salário-base auferido em maio de 2018, devendo ser respeitados os pisos salariais estabelecidos na cláusula acima.

#### **Pagamento de Salário Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas que pagarem mensalmente aos seus empregados, concederão uma antecipação salarial a cada quinze dias, no percentual de 40% (quarenta por cento) do salário, salvo nas hipóteses em que o empregado declare por escrito que deseja receber seu salário em parcela única.

**PARAGRAFO ÚNICO:** o funcionário que não trabalhar os 15 primeiros dias do mês, não fará jus ao adiantamento de salário integral. Recebendo proporcionalmente os dias trabalhados.

## **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento que deverão conter a identificação da firma, a discriminação de todas as verbas pagas e os descontos efetuados.

### **Descontos Salariais**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS SALARIAIS**

Nos termos do art. 462, CLT, ao empregador será vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo, bem como nas hipóteses de dano ou infração de trânsito causado pelo empregado, desde de que esta possibilidade tenha sido ou na ocorrência de dolo ou culpa do empregado.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE REAJUSTE ESPONTÂNEO**

É facultada a compensação do reajuste neste ato fixado, ante as antecipações pagas espontaneamente ou por acordo, no decurso compreendido entre junho/2018 a abril/2019.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Outras Gratificações**

## **CLÁUSULA NONA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO (BIÊNIO)**

O empregado que já tenha completado 2 (dois) anos de vinculação ininterrupta à mesma empresa receberá, a título de Prêmio por Tempo de Serviço (PTS), percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial fixado para os ajudantes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O prêmio acima não tem natureza salarial para fins de equiparação, sendo devido a partir do mês seguinte àquele em que o empregado completar o biênio ininterrupto aqui mencionado, salientando-se que tal prêmio não será devido cumulativamente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO PECUNIÁRIO**

As empresas pagarão aos empregados ativos vinculados à categoria representada, a título de ABONO PECUNIÁRIO, a importância de **R\$ 1.000,00** (hum mil reais ). Este pagamento será feito em dez parcelas iguais de **R\$ 100,00** (cem reais) cada, sendo nos meses de janeiro até outubro de 2020 , juntamente com o pagamento dos salários de referência dos respectivos meses.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Cada parcela do abono pecuniário será devida ao empregado ativo na proporção dos meses trabalhados de sua assiduidade, calculadas sobre as faltas injustificadas ocorridas em cada período compreendido entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 nos seguintes termos:

- a) Até 03 (três) faltas por período: R\$ 1.000,00;
- b) 04 (quatro) faltas por período: R\$ 900,00;
- c) 05 (cinco) faltas por período: R\$ 800,00;
- d) 06 (seis) faltas por período: R\$ 700,00;
- e) 07 (sete) faltas por período: R\$ 600,00;
- f) 08/ (oito) faltas por período: R\$ 500,00;
- g) 09 (nove) faltas por período: R\$ 400,00;
- h) 10 (dez) faltas por período: R\$ 300,00;
- i) 11 (onze) faltas por período: R\$ 200,00;
- j) 12 (doze) faltas por período: R\$ 100,00;
- k) 13 (treze) faltas por período: perde a parcela do abono de referência ao período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As empresas que mantiveram programas de participação nos lucros ou resultados, elaborados na forma da lei, com a participação do Sindicato profissional, poderão utilizar-se deles para suprir as obrigações contidas nesta cláusula, desde que não seja de valor inferior ao abono. Este benefício não é cumulativo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica convencionado que a concessão do referido abono se reveste de caráter excepcional, não podendo servir de fundamento para qualquer outra postulação no sentido de renovação, seja na vigência da presente convenção coletiva ou por ocasião de outras convenções coletivas subsequentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O abono de que trata o caput desta cláusula não incorpora e nem complementa a remuneração devida ao empregado para efeito de férias, 13º salário, horas extraordinárias ou do outro direito trabalhista oriundo do contrato de trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No caso de demissão do empregado sem justa causa ou por pedido de demissão,

deverá o empregador, no ato do pagamento das verbas rescisórias, efetuar a quitação das parcelas referente ao abono pecuniário, proporcional ou integral, caso as mesmas ainda não tenham sido quitadas.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não será devido o pagamento do Abono Pecuniário em caso de dispensa do empregado na modalidade de justa causa, bem como nas hipóteses de licenciamento ou afastamento do empregado por qualquer hipótese prevista em lei, retomando, neste caso, seu pagamento na forma da Cláusula Décima Primeira da presente norma coletiva, quando do retorno do empregado ao trabalho efetivo junto à empresa.

### Outros Adicionais

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DIÁRIAS DE VIAGEM

As diárias pagas nas ocasiões em que são empreendidos deslocamentos superiores a mais de 100 Km da empresa, sempre a título de reembolso de despesas com refeições e pernoites, são ratificadas nos valores a seguir explicitados:

ALMOÇO - R\$ 22,00

JANTAR - R\$ 22,00

**PARÁGRAFO 1º:** As empresas que fornecem Tíquete-Refeição, Cesta Básica ou Vale-Alimentação estão isentas de reembolsar a parcela correspondente ao almoço.

**PARÁGRAFO 2º:** O empregado que empreender viagem superior a 100 km, somente fará jus ao pagamento do jantar, caso retorne à sede da empresa após as 21 horas.

**PARÁGRAFO 3º:** Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho de empregado que já tiver recebido os valores correspondentes a diária de viagem do mês, a empresa poderá descontar da verbas rescisórias o valor correspondente ao dias não efetivamente trabalhados, como no caso de aviso prévio indenizado de forma integral ou parcial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DIA DO RODOVIÁRIO

As empresas reconhecem o dia 25 de julho como “**Dia do Rodoviário**”, ficando assegurada, aos empregados que trabalhem nesse dia, a remuneração em dobro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONCESSÃO ESPONTÂNEA DE BENEFÍCIOS**

Os benefícios concedidos espontaneamente pelas empresas, resultantes apenas de liberalidade unilateral do empregador, terão caráter meramente indenizatório e duração conforme a conveniência do cedente.

### **Outros Auxílios**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - UNIFORME GRATUITOS PARA O TRABALHO**

As empresas fornecerão, gratuitamente, uniformes para o trabalho, quando exigido seu uso, em número de 02 (dois) por semestre. A não conservação do aludido vestuário implicará a concessão de uniforme excedente à quantidade ora estabelecida, mediante o respectivo desconto no salário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Somente serão admitidos descontos se resultar configurada a culpa ou dolo do empregado na conservação ou guarda do aludido uniforme.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO OBRIGATÓRIO CONTRA RISCOS**

As empresas custearão aos seus profissionais motoristas e aos ajudantes que os acompanhem, cujos contratos de trabalho estejam ativos, um benefício de seguro de contratação obrigatória assegurado e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial previsto na cláusula 3ª desta Convenção, nos termos do artigo 2º, inciso V, alínea "c" da Lei 13.103/15, c/c art. 235-C, § 16, CLT.

Parágrafo único: Excluem-se desta previsão os profissionais que estejam afastados ou licenciados do trabalho, retomando a obrigatoriedade de ativação do seguro quando do retorno do empregado à efetiva atividade junto à empresa.

### **Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

As empresas comprometem-se a fornecer, aos empregados admitidos na vigência do presente ajuste, cópia do Contrato de Trabalho.

### **Outros grupos específicos**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

Por ocasião da rescisão do Contrato de Trabalho, as empresas comprometem-se, sem que o empregado solicite, a fornecer o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), para fins previdenciários, e a Declaração de Rendimentos, para fins de imposto de renda.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NORMAS PARA OS MOTORISTAS**

Os empregados que exercem a função de motorista, qualquer das modalidades, deverão cumprir as determinações abaixo, observada a respectiva adequação à espécie de veículo conduzido e ao transporte realizado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os empregados que exercem a função de motorista zelarão pela conservação do veículo, devendo, ainda, levar imediatamente ao conhecimento da empresa os imprevistos ocorridos e tomar as providências urgentes e cabíveis quanto a tais imprevistos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ao motorista e ajudante cabe a responsabilidade pelo extravio de cargas, ferramentas e acessórios que comprovadamente lhe forem confiada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Ao motorista cabe a responsabilidade de toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida, quando ficar comprovada sua culpa ou dolo, depois de esgotados os recursos cabíveis se for o caso.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O motorista deverá cumprir fielmente todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), ficando sob sua exclusiva responsabilidade as penalidades e medidas administrativas decorrentes da inobservância de qualquer desses preceitos, quando forem esses deveres e responsabilidade do condutor.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ocorrendo fato descrito no parágrafo quarto, a empresa se obriga, de imediato, a comunicar ao motorista o recebimento do Auto de Infração, facultando-lhe o direito de recurso em todas as instâncias, a ser interposto contra a autoridade de trânsito que impôs a penalidade.

Para a perfeita realização do trabalho, as empresas colocarão, à disposição do motorista, numerário e demais apetrechos de viagem, por cuja guarda é responsável, cessando sua responsabilidade com a entrega ou prestação de contas ao final da viagem ou trabalho.

**PARAGRAFO SEXTO** – Realizar exames toxicológicos e participar de programas de controle de uso de drogas e de bebidas alcoólicas, instituídos pelo empregador e com sua ampla ciência, específicos para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de

direção, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, previamente à admissão, periódicos no curso do pacto laboral, com periodicidade mínima de uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, bem como por ocasião do desligamento, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro](#), assegurado o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames, nos termos do art. 168, CLT, constituindo infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei, a recusa do empregado em submeter-se aos mesmos.

**PARAGRAFO SÉTIMO** – Preencher com precisão e fidelidade os controles de frequência ou bordo estabelecidos pelo empregador, anotando com correção os horários de entrada e saída, tempo de direção, descanso, espera, entre outros, nos termos determinados pela Legislação Vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

À gestante aplica-se o contido no Art. 7, inciso XVIII da Constituição Federal e Art. 10, inciso II. Alínea “b” das Disposições Transitórias.

A empregada gestante deve informar à empresa seu estado gravídico tão logo se cientifique do mesmo durante o pacto laboral. Havendo rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, deverá a empregada informar à empresa seu estado gestacional em até 60 (sessenta) dias após o término do aviso prévio, sob pena de configurar abuso de direito.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA POR ACIDENTE DE TRABALHO**

Será concedida estabilidade provisória de 12 (doze) meses, a iniciar-se imediatamente após a alta da licença previdenciária, aos empregados acidentados no trabalho e contratados por prazo indeterminado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE POR PROVISÃO APOSENTADORIA**

As empresas assegurarão aos empregados que estiverem comprovadamente, a 2 (dois) anos da aquisição do direito à aposentadoria e que contem 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa e desde que sejam comunicadas por escrito das circunstâncias acima pelos empregados, a manutenção do emprego ou a indenização do valor correspondente ao salário-base do período que faltar para a aposentadoria, excetuando-se os casos de demissão por justa causa, extinção do estabelecimento ou motivo de força maior.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Só farão jus à garantia de emprego e à indenização do salário-base, durante o período que faltar para a aposentadoria, os empregados que, atendidos os requisitos constantes do *caput* desta Cláusula, comuniquem por escrito à empresa sobre sua situação.

## Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PROIBIÇÃO DE CARONA

Fica vedado aos motoristas fazerem-se acompanhar por terceiros nos veículos, sem expressa autorização do empregador. A comprovada inobservância face à mencionada proibição facultará a aplicação das medidas legais cabíveis.

#### Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

##### Prorrogação/Redução de Jornada

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ACORDO DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Os acordos de prorrogação e compensação de horário de trabalho, pactuados na conformidade do que dispõe o artigo 59, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), têm reconhecidos seus efeitos a partir da vigência da presente Convenção, respeitados os acordos de compensação e prorrogação ainda em vigor.

#### Compensação de Jornada

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BANCO DE HORAS - COMPENSAÇÃO DE HORAS EXCEDENTES

As horas adicionais prestadas pelo empregado, excedentes de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentas e vinte) horas mensais, poderão ser objeto de compensação, reduzida a jornada em outro dia, desde que a mencionada redução da carga horária seja procedida no mês subsequente ou, no máximo, em até 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 235-C, §5º, CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os domingos não poderão ser objeto do Banco de Horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato Laboral terá acesso às empresas para fiscalizar o cumprimento do referido banco de horas, devendo comunicar com antecedência o Sindicato patronal, e este por sua vez entrará em contato com a empresa que agendará a visita em até 15 (quinze) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando da necessidade do empregado se ausentar do trabalho, este poderá usar também o banco de horas, desde que comunique ao empregador com antecedência mínima de até 48 (quarenta e oito horas). Caso, haja caso fortuito, força maior ou prejuízo ao bom funcionamento das atividades do empregador, desde que comprovada, ficará a critério da empresa, a referida concessão.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A jornada diária de trabalho do motorista profissional e ajudante de caminhão será de 08 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 04 (quatro) horas extraordinárias, de modo que a soma da jornada diária com as horas extras eventualmente realizadas, não ultrapasse o limite máximo de 12 (doze) horas de trabalho efetivo, nos termos do art. 235-C, §1º, CLT, excetuando-se neste cômputo o intervalo

intrajornada e as horas de espera, nos termos do art. 235-C, §§2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º da CLT.

**Parágrafo QUINTO:** Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, CLT, desde que devidamente registradas, e que não comprometam a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária, podendo ser compensada essa hora excedente em 48 horas.

### Controle da Jornada

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Fica facultado às empresas, em substituição aos sistemas convencionais de anotação de horário de trabalho dos empregados internos, adotar o controle de frequência através de papeleta externa, controle eletrônico no veículo, entre outros, podendo as empresas, para tanto, controlar e administrar apenas as exceções ocorridas durante a jornada de trabalho (falta, atraso e trabalho extraordinário), na forma da portaria GM/MTb nº 1.120, de 8 de novembro de 1995. Periodicamente, as empresas emitirão um relatório individual com o registro das exceções, para que o empregado possa concordar ou não com os registros nele efetuados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Tendo em vista a publicação da Lei nº 13.103/15, que em seu artigo 2º, Inciso V, alínea "b", dispõe que é direito do motorista profissional ter sua jornada de trabalho e tempo de direção controlados de maneira fidedigna pelo empregador, fará o motorista jus às horas extras efetivamente realizadas e demonstradas por intermédio dos controles de jornada de diários de bordo, equipamentos eletrônicos instalados no veículo, tacógrafos ou rastreadores eletrônicos, a critério das empresas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O empregado é responsável pela guarda, preservação e exatidão das informações contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou no registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, ou nos rastreadores ou sistemas e meios eletrônicos, instalados nos veículos, normatizados pelo Contran, até que o veículo seja entregue à empresa, sendo permitido seu envio à distância, com posterior anexação do documento original, a critério do empregador, nos termos do art. 67-E e 235-C, §§ 14º, 15º e 16º, ambos da CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os documentos administrativos e fiscais utilizados pelas empresas nas operações de transporte, tais como conhecimento de transporte, romaneio, manifesto de carga, relatórios operacionais, etc., não poderão ser considerados para efeito de controle de jornada de trabalho, por não se traduzirem em instrumentos bilaterais, diretos ou indiretos, de sua operação, salvo os diários de bordo, tacógrafos e rastreadores eletrônicos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão contratual, qualquer que seja a modalidade, iniciativa do empregador, pedido de demissão do empregado ou justa causa de ambos, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DO MOTORISTA E AJUDANTE - LEI Nº 13.103/15

Nos termos do art. 235-C, CLT, a jornada diária de trabalho do motorista profissional e ajudante será a estabelecida na Constituição Federal e mediante este instrumento coletivo de trabalho, considerando-se como trabalho efetivo o tempo que o motorista e ajudante estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso, admitindo-se, a prorrogação da jornada de trabalho por até 4 (quatro) horas extraordinárias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Entende-se como tempo de direção ou de condução apenas o período em que o condutor estiver efetivamente ao volante, em curso entre a origem e o destino.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas, devendo repousar por 30 (trinta) minutos a cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção, desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução, nos termos do art. 67-C, CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Será assegurado ao motorista profissional e ajudante empregado, intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo esse período coincidir com o tempo de parada obrigatória na condução do veículo estabelecido pela [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro](#), exceto quando se tratar do motorista profissional enquadrado no [§ 5º do art. 71 desta Consolidação](#).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregados em serviços externos possuem a responsabilidade de paralisar suas atividades para usufruírem dos intervalos para refeição e descanso, nos termos do artigo 67-E, §1º, da CLT, sujeitando o motorista profissional às penalidades daí decorrentes, nos termos da CLT e da legislação vigente, na hipótese de inobservância do referido período de repouso.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os motoristas empregados sujeitos a previsão do art. 71, CLT, poderão ter o intervalo expresso no caput deste dispositivo reduzido e/ou fracionado, e aquele estabelecido no § 1º fracionado, quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos os motoristas, mantida a remuneração e concedidos intervalos para descanso menores ao final de cada viagem.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo, nos termos estabelecidos pela [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro](#), garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O condutor somente iniciará uma viagem após o cumprimento integral do intervalo de descanso previsto no parágrafo anterior, sendo certo que nenhum transportador de cargas, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador de transporte multimodal de cargas ou agente de cargas ordenará a qualquer motorista a seu serviço, ainda que subcontratado, que conduza veículo referido no caput sem a observância do referido dispositivo.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, o período em que o motorista empregado ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo dos intervalos de repouso.

**PARÁGRAFO NONO:** Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada de que trata o art. 235-C, CLT, desde que devidamente registradas, e que não comprometam a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.

**PARÁGRAFO DECIMO:** São considerado tempo de espera as horas definidas pelo art. 235-C, Parágrafos 8º a 13º da CLT, sendo computadas como tais, as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário, bem como o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias.

**PARÁGRAFO DECIMO PRIMEIRO:** As horas relativas ao tempo de espera não são computadas como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias, sendo indenizadas na proporção de 30% (trinta por cento) do salário hora normal, resguardado sempre o direito ao recebimento da remuneração correspondente ao salário-base diário, nos termos do art. 235-C, §§ 9º e 10º da CLT.

**PARÁGRAFO DECIMO SEGUNDO:** Durante o tempo de espera, o motorista poderá realizar movimentações necessárias do veículo, as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, de toda sorte, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas previstas no § 3º do art. 235-C, CLT.

**PARÁGRAFO DECIMO TERCEIRO:** Quando o tempo de espera superar 02 (duas) horas ininterruptas e for exigida a permanência do motorista empregado junto ao veículo, caso o local ofereça condições adequadas, o tempo será considerado como repouso para os fins do art. 235-C, §§2º e 3º, CLT, sem prejuízo do pagamento de que trata o Parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO DECIMO QUARTO:** Salvo previsão contratual, a jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos, nos termos do art. 235-C, § 13º, CLT.

**PARÁGRAFO DECIMO QUINTA:** Aplicam-se as disposições desta Cláusula ao ajudante empregado nas operações em que acompanhe o motorista, nos termos do art. 235-C, § 16º, CLT

#### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

Conforme determinação da assembléia geral realizada no dia 18.04.2019 foi autorizado um desconto denominado de contribuição assistencial para os trabalhadores da categoria beneficiados por este Acordo, para custeio das obras do Sindicato, nos seguintes valores, R\$ 120,00 (cento e vinte) por empregado em três vezes de R\$ 40,00 vencíveis em julho, agosto e setembro de 2019, mediante depósito identificado na conta do Sindicato junto ao Banco Santander, agência: 3334, conta corrente 13000071-7.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O funcionário que não quiser o desconto assistencial, não fará jus ao abono pecuniário compreendido no período entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, nos seguintes termos.

**.PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de demissão do empregado sem justa causa ou por pedido de demissão, deverá o empregador, no ato do pagamento das verbas rescisórias, efetuar a quitação das parcelas referente a taxa assistencial, proporcional ou integral, caso as mesmas ainda não tenham sido quitadas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO SOLIDARIEDADE**

A empresa recolherá em favor do Sindicato, uma contribuição de solidariedade, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) anuais, que será pago com vencimento em 15.07.2019, mediante depósito identificado na conta do Sindicato junto ao Banco Santander, agência: 3334, conta corrente 13000071-7 ou pago na sede do Sindicato.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas colocarão à disposição do Sindicato dos Empregados, quadro de avisos nos locais de trabalho, para a afixação de comunicados oficiais da categoria profissional, desde que não contenham matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, devendo esses avisos ser enviados ao setor competente da empresa, que se encarregará de fixá-los.

#### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FORO COMPETENTE**

A Justiça do Trabalho será o foro competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida ou pendência, resultante da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive quanto a sua aplicação.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA PENAL**

No caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas econômicas desta norma coletiva, fica a parte infratora obrigada a pagar multa de R\$ **788,00** (setecentos e oitenta e oito), e no descumprimento das cláusulas sociais, pagará mais \$ **788,00** (setecentos e oitenta e oito), em favor do Sindicato Laboral. A referida multa será cobrada uma única vez, independentemente do número de cláusulas descumpridas.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ARTIGO 614 DA CLT**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho entrará em vigor em vigor 3 (três) dias após a entrega da mesma na Superintendência Regional do Trabalho ou no Sistema de Mediação, conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 614 da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Aquelas empresas que não cumprirem o prazo acima mencionado, ficarão obrigadas ao pagamento de multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Em favor do empregado que tiver sido diretamente prejudicado pelo não cumprimento tempestivo desta norma coletiva.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A aplicação da penalidade mencionada no parágrafo anterior, somente poderá ocorrer após a notificação da empresa pelo sindicato laboral para que a mesma exercite o seu direito da ampla defesa e do contraditório no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da mesma.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de indeferimento da defesa apresentada por parte do empregador ou caso o mesmo permaneça inerte em apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, poderá o sindicato laboral interpor ação judicial cabível para cumprimento desta norma coletiva, cumulada com a penalidade prevista na presente cláusula.

JOSE MARIA VIEIRA DA MOTTA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIARIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE TERESOPOLIS E  
GUAPIMIRIM

MARCIA MEDEIROS RODRIGUES MANGIA

Sócio

TRANSPORTADORA M & M DE TERESOPOLIS LTDA

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DA ASSEMBLÉIA.**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.